

A Viabilidade do Desenvolvimento Capitalista Para o Brasil

DESENVOLVIMENTO e crise foram, portanto, as duas palavras-chaves do processo histórico brasileiro entre 30 e 67. Durante os primeiros trinta e um anos, não obstante as intermitentes situações de crise, seja política, seja econômica, a tônica foi para o desenvolvimento. Realizou-se então o que já fomos tentados de chamar de a Revolução Industrial ou Revolução Nacional Brasileira, mas que hoje estamos convencidos haver-se constituído apenas na primeira grande fase dessa revolução. A partir de 62, teve início o período do que chamamos de Crise Brasileira, caracterizado por permanente crise econômica, social e política, que em certos momentos se agrava, para em seguida voltar ao seu estado natural de crise crônica.

Pergunta-se, agora: Quais as perspectivas da sociedade brasileira? É possível divisar um caminho para a saída da crise dentro do quadro institucional vigente? Ou, em outras palavras, há viabilidade para o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil? Poderemos continuar nosso desenvolvimento econômico, superar as condições desumanas de nosso subdesenvolvimento, dentro dos limites de uma sociedade basicamente capitalista?

A pergunta tem sentido na medida em que vivemos sob a égide de um sistema capitalista que, depois do desenvolvimento industrial dos anos trinta, quarenta e cinquenta, a Revolução de 64 terminou por consolidar, pelo menos a médio prazo.

Esse golpe de Estado, embora não tenha sido liderado pela classe capitalista, mas pela classe média tradicional, e particularmente pelos militares, acabou por adotar uma ideologia basicamente capitalista, ainda que paradoxalmente antiempresarial. A adoção da ideologia capitalista pela classe média tradicional que comandou a Revolução de 64 explica-se pela disponibilidade ideológica que caracteriza genericamente a classe média. Ela não possui uma ideologia própria. Além do idealismo, que é mais uma característica filosófica, decorrente do tipo especial de sua inserção no real, geralmente em termos alienados do processo produtivo quando se trata da classe média tradicional, o que define fundamentalmente a classe média é o conservadorismo. Não é causa para surpresa, portanto, que no Brasil, onde conservar, manter a segurança, significava ficar com o capitalismo, este sistema fôsse o preferido.

Ora, com a Revolução de 64, o movimento de esquerda que apenas a partir dos anos sessenta começara a se definir como força autônoma, como vimos no capítulo IV, sofre um golpe violento. Sua imaturidade o fez expor-se demais, em uma época em que ainda era muito fraco e desorganizado para fazer frente aos grupos de centro e de direita. O resultado disso é que a Revolução de 64 teve talvez como principal resultado consolidar, pelo menos a médio prazo, o sistema capitalista no Brasil.

As condições para qualquer retomada do poder por grupos de esquerda são muito débeis no Brasil da segunda metade dos anos sessenta. Condições para uma revolução de caráter socialista, então, são ainda mais longínquas. O poder econômico, o poder militar, estão todos muito bem organizados para permitir qualquer rompimento do quadro institucional vigente. Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários, a qual, embora não seja politicamente atuante, é economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil, como vimos no capítulo III, e acabou por assumir

o poder, através dos militares e tecnocratas. Ora, vimos que a classe média é por natureza conservadora.

Finalmente, dentro do quadro internacional, o Brasil está situado na área privativa dos Estados Unidos, e esta superpotência, dentro de uma perspectiva tipicamente imperialista (a história tem demonstrado que basta ser verdadeira grande potência para ser imperialista), tem deixado sempre claro, depois da experiência cubana, que qualquer revolução de esquerda na América Latina implicará intervenção americana. O caso da República Dominicana, onde não se tratava sequer de uma revolução de esquerda, demonstrou que esta posição não se traduz apenas em palavras. Nesses termos, face ao poder econômico da classe empresarial, ao número, ao conservadorismo, ao poder militar e ao poder político da classe média, e ao jugo norte-americano, há poucas dúvidas de que qualquer outra alternativa que não a capitalista tem poucas possibilidades de vigência no Brasil, pelo menos a médio prazo.

É necessário, portanto, que se faça a pergunta com a qual iniciamos este capítulo: é viável a longo prazo o modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil? Se ele fôr viável, poderemos dizer que o capitalismo está consolidado não só a médio, mas também a longo prazo. Mas se ele não fôr viável, não se poderá, a rigor, falar em consolidação do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Desenvolvimento Auto-Impulsionado ou Não

Para respondermos à pergunta sobre a viabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil, é essencial que uma questão prévia seja colocada: completou o Brasil sua Revolução Industrial e conseqüentemente atingiu aquela fase em que o desenvolvimento é auto-impulsionado? Se isto já ocorreu, a resposta sobre a viabilidade ou não do desenvolvimento capitalista para o Brasil será simplesmente uma afirmativa. Se não atingimos, porém, aquela fase, todo um campo de indagações se abre diante de nós.

É claro que, preliminarmente, podemos indagar se existe um desenvolvimento auto-impulsionado. Definimos desenvolvimento auto-impulsionado como aquele que se gera a si mesmo, automática e necessariamente. No primeiro capítulo des-

te livro, quando examinamos o conceito do desenvolvimento, deixamos mesmo claro que a distinção fundamental que faríamos entre crescimento e desenvolvimento era a de que neste último o aumento da renda por habitante era acompanhado por transformações profundas na estrutura econômica, política e social do país, que tendiam a tornar ou já haviam tornado o aumento do padrão de vida da população um processo automático e necessário.

Desenvolvimento automático porque o estímulo ao investimento e ao reinvestimento estava inserido no próprio sistema econômico, ao contrário do que acontecia, por exemplo, nas sociedades tradicionais, de base agrária. Definido nestes termos, o desenvolvimento tornou-se automático nos países europeus hoje industrializados desde o momento em que foi realizada a Revolução Comercial, e os comerciantes capitalistas, adotando comportamentos econômicos racionais, estimulados pelo lucro, passaram a investir e reinvestir seus lucros regularmente nos seus negócios.

Desenvolvimento necessário porque se torna uma necessidade para as empresas. O desenvolvimento capitalista dos países europeus, por exemplo, tornou-se necessário quando, realizada a Revolução Industrial nos respectivos países, o processo de reinvestimento, face ao desenvolvimento tecnológico e à concorrência entre as empresas, no âmbito nacional e internacional, tornou-se condição de sobrevivência das empresas. Estas não poderão continuar a ter lucros se não reinvestirem sistematicamente seus lucros em novos equipamentos, novos produtos, novas instalações, que naturalmente, face ao progresso tecnológico nelas incorporado, vão significar maior produtividade e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico.

Nosso conceito de desenvolvimento, portanto, implica um desenvolvimento que tende a ser auto-impulsionado, ou seja, que tende a ser automático e necessário. A fase em que a sociedade pré-industrial e tradicional se transforma em uma sociedade moderna, basicamente industrial (excepcionalmente agrícola, mas com padrões capitalistas de produção), é chamada de Revolução Industrial ou de "decolagem" (terminologia de Rostow). Completada a Revolução Industrial, o desenvolvimento torna-se automático e necessário, ou seja, auto-impulsionado. Passa a gerar-se a si mesmo.

Acreditamos, portanto, basicamente, na existência de um desenvolvimento auto-impulsionado, e para analisarmos o problema da viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil torna-se portanto importante verificar se já terminamos nossa Revolução Industrial e, conseqüentemente, se já entramos na fase do desenvolvimento auto-impulsionado.

É claro, porém, que o caráter automático e necessário do desenvolvimento auto-impulsionado deve ser entendido com algumas qualificações. Não pretendemos com isso afirmar que, depois de um certo estágio, o desenvolvimento torna-se algo que não pode parar em hipótese alguma, que, na pior das hipóteses, pode passar por crises, mas a longo prazo sempre continua. Uma concepção desse tipo é hoje típica de economistas capitalistas, e seu fundamento ideológico é evidente. Com essa teoria, eles procuram direta ou indiretamente responder à predição marxista (e também dos economistas clássicos) de que o capitalismo está fadado à estagnação. É evidente que não podemos aceitar essa visão, caracterizada por um "fatalismo desenvolvimentista", do desenvolvimento auto-impulsionado. Embora necessário e automático, estas suas características devem ser consideradas em termos relativos. O desenvolvimento sempre poderá interromper-se. Países como a França ou a Inglaterra, por exemplo, passaram por longos períodos, depois de sua Revolução Industrial, que poderiam ser melhor definidos como períodos de estagnação relativa do que como períodos de desenvolvimento. A intervenção dos homens no processo econômico, corrigindo as distorções que nele estão constantemente surgindo, foi sempre essencial. Não tivesse ocorrido, o desenvolvimento de todos os países capitalistas hoje industrializados dificilmente teria os níveis atuais. Qualquer posição fatalista a respeito do desenvolvimento é insustentável. Entretanto, é preciso admitir que, depois da Revolução Industrial, historicamente, e pelos motivos lógicos que analisamos, o desenvolvimento dos países capitalistas tendeu a tornar-se automático e necessário (o que não exclui uma ampla e necessária intervenção do Estado, pelo menos em termos de política econômica). É importante, portanto, que indagemos se já atingimos esta fase no Brasil ou não.

Revolução Industrial e Falsa Analogia

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961 alcançou tais proporções que levou muitos observadores a pensar que nesse período se havia completado a Revolução Industrial Brasileira.

De fato, nesse período o país viu instalado dentro de suas fronteiras um amplo, diversificado e integrado parque industrial. Tõda a indústria de consumo, desde a dos bens de consumo leves até a dos bens de consumo duráveis, fõra instalada. Em 1961, o Brasil praticamente não importava mais artigos de consumo. A indústria de base — siderúrgica, do alumínio, do cobre, da barrilha, química — fõra também básicamente instalada, e se nesse campo, particularmente no caso da indústria química, havia ainda muito a fazer, a parte mais importante já fõra realizada, utilizando-se os subprodutos das refinarias de petróleo. O mesmo se pode dizer da indústria de bens de capital. Durante os anos cinquenta, seu desenvolvimento fõra intenso, de forma que no fim desta década cêrca de dois terços dos equipamentos exigidos pela indústria nacional eram aqui produzidos.

Êstes fatos levaram à conclusão de que a Revolução Industrial Brasileira fõra concluída. Êste autor, mesmo, chegou a acreditar nisto e a escrevê-lo. E, de fato, tudo indicava que o país alcançara aquêle estágio em que o investimento e o reinvestimento tornavam-se parte integrante do próprio sistema econômico, estimulados pelo objetivo lucro e transformados em condição da obtenção de novos lucros, tornando, assim, o desenvolvimento automático e necessário. Na verdade, porém, ao afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos, e hoje estou convencido de que esta era uma falsa analogia, uma analogia sem que os fatos fõssem perfeitamente análogos.

Realmente, quando os países hoje desenvolvidos alcançaram o grau de integração industrial que o Brasil atingira em 1961, seu desenvolvimento passou a tomar um caráter auto-impulsionado. Os três países que primeiro realizaram sua Revolução Industrial — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — haviam atingido a um nível de desenvolvi-

mento industrial aproximadamente comparável com o do Brasil quando terminou, basicamente, o período de instalação da indústria nacional, e esses países passaram a ter um desenvolvimento auto-impulsionado.

Por analogia, portanto, seríamos facilmente levados a concluir que também o Brasil, em 1961, havia terminado sua Revolução Industrial, e seu desenvolvimento, não obstante as crises por que pudesse passar, seria agora auto-impulsionado.

Entretanto, essa analogia esquecia um fato elementar, mas fundamental. O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu em *têrmos muito diferentes dos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França*. Os fatores que determinam essas diferenças são, fundamentalmente, de três tipos: 1) o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu sob a égide da substituição de importações, enquanto esta não foi a característica definidora por excelência da Revolução Industrial dos países hoje desenvolvidos, que logo de início começaram a participar do mercado internacional de manufaturados, como exportadores; 2) o desenvolvimento industrial dos países hoje desenvolvidos foi realizado através da absorção de técnicas que estavam na época sendo aperfeiçoadas, adequando-se às necessidades econômicas dos respectivos países, enquanto a tecnologia usada pelo Brasil foi importada, desadaptada das nossas necessidades, e provocou sérias distorções em sua economia, particularmente no que diz respeito ao problema do emprego; 3) finalmente, o desenvolvimento industrial brasileiro vem ocorrendo sob a vista de uma superpotência imperialista que, como tôdas as superpotências, pretende controlar e orientar o desenvolvimento econômico e político do país.

Êstes três fatores nos levam a concluir que o Brasil não completou ainda sua Revolução Industrial. As distorções produzidas na economia e na sociedade nacional por aqueles fatores são de tal gravidade que, enquanto não forem superadas, o desenvolvimento industrial brasileiro não estará definitivamente consolidado. Teremos apenas uma aparência de consolidação do desenvolvimento industrial, o qual, porém, não terá atingido a fase em que pode ser legitimamente considerado auto-impulsionado, ou seja, automático e necessário.

Distorções Causadas pela Substituição de Importações

O desenvolvimento industrial brasileiro caracterizou-se, fundamentalmente, por um processo de substituição de importações. Já examinamos longamente este fenômeno, e não vamos voltar a êle. Alguns pretendem discutir, porém, se um desenvolvimento industrial nessas bases foi válido. Consideramos ociosa tal discussão. O fato indiscutível é que houve desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1961, e este ocorreu através de um processo de substituição de importações. Mais pertinente seria perguntar se teria havido outra alternativa para o desenvolvimento industrial brasileiro. Se, por exemplo, poderíamos ter, a partir da Segunda Guerra Mundial, começado a participar do mercado mundial de manufaturados. Mesmo essa pergunta, porém, é de secundária importância. Sem nos aprofundarmos no problema, parece claro que essa alternativa era inviável, no estágio de desenvolvimento industrial em que nos encontrávamos, dada a concorrência dos países industrializados. Além disso, o fato é que, mesmo no setor têxtil, onde havíamos conquistado alguns mercados no exterior durante a guerra, não conseguimos manter êsses mercados depois de terminado o conflito.

Todavia, se é ocioso discutir *a posteriori* a validade do processo de substituição de importações, é da maior relevância discutir as distorções causadas por esse processo, não em função de decidir se vale a pena continuar a estimulá-lo ou não, porque já vimos que o processo de substituição de importações esgotou suas potencialidades, face às desvantagens comparativas excessivamente grandes em que incorreríamos, ao grande montante dos investimentos necessários, e à inadequação do mercado (demasiado pequeno), para que nos aproveitemos das economias de escala. Ao invés disso, é importante analisar essas distorções para efeito de melhor compreensão dos problemas que o Brasil terá que enfrentar se quiser continuar a se desenvolver.

São as seguintes as principais distorções:

1 — *Custos elevados*. A indústria nacional caracteriza-se ainda hoje por custos elevados, em termos internacionais. É uma indústria infante que se vai tornando idosa sem ter resolvido seus problemas de custos. A produtividade não

é o determinante fundamental do lucro, na medida em que a concorrência internacional é inexistente (dadas as altas tarifas alfandegárias necessárias para o processo de substituição de importações) e a concorrência interna é desprezível, face à imperfeição dos mercados. Nesses termos, já que o aumento da produtividade não é condição de lucro, a administração racional, os cálculos de investimento precisos, os controles administrativos apurados, a racionalização do processo produtivo são colocados em segundo plano. Como conseqüências, entre outras, temos a impossibilidade de nos expandirmos para fora, a penalização do consumidor nacional, cujo poder aquisitivo é rebaixado, e a inflação de custos.

2 — *Atração de empresas industriais estrangeiras desinteressadas de exportar.* Quando as emprêss estrangeiras percebem que as altas tarifas as impedem de continuar a exportar, decidem investir no próprio país. Foi o que fizeram no Brasil, nos anos cinqüenta especialmente. Mas essas emprêss vêm para o país com um vício de origem fundamental. Embora possam contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro em um primeiro momento, deixam as exportações reservadas para a matriz. No máximo, dada a existência da ALALC, deixam a América Latina para a subsidiária brasileira.

3 — *Manutenção da estrutura das exportações sem modificações.* Uma das características típicas dos países subdesenvolvidos é ser exportador de produtos primários e importador de bens manufaturados de consumo. Depois de um processo de substituição como o que ocorreu no Brasil, deixamos de importar bens de consumo manufaturados, mas continuamos, no setor das exportações, como típicos países subdesenvolvidos, exportadores de café, algodão, cacau, ferro. Em outras palavras, continuamos subdesenvolvidos.

4 — *Maior inflexibilidade da pauta de importações.* Por outro lado, a pauta de importações, que antes era flexível, podendo ser reduzida, com apenas um prejuízo para o consumo suntuário, agora torna-se inflexível. Uma crise nas exportações, que nos obrigue a reduzir as importações, tem uma direta e imediata repercussão na produção industrial brasileira, que necessita importar matérias-primas, combustíveis e equipamentos.

Há ainda uma quinta distorção provocada indiretamente pelo processo de substituição de importações. Referimo-nos à realização de investimentos com tecnologia importada, poupadoura de mão-de-obra. Já analisamos esta distorção fundamental anteriormente e voltaremos a ela mais adiante.

Teste Básico: Exportação de Manufaturados

As distorções causadas pelo processo de substituição de importações, que acabamos de analisar, sugerem o primeiro teste que a economia brasileira terá que enfrentar para superar essas distorções. Referimo-nos à exportação de manufaturados. Uma das condições essenciais para que se possa considerar o desenvolvimento industrial brasileiro auto-impulsionado é que passemos a participar de forma crescente do comércio internacional de manufaturados.

Há dois motivos para o que afirmamos. Em primeiro lugar, partimos da premissa de que as oportunidades de substituição de importações e redução do coeficiente de importações estão basicamente esgotadas. Nesses termos, a única alternativa que resta para o Brasil, para aumentar seu Produto Nacional, é aumentar, concomitante e proporcionalmente, suas exportações. Se não é mais possível reduzir o coeficiente de importações, ou seja, a participação porcentual das importações no Produto Nacional, isto significa que, quando este cresce, aumentarão também as necessidades da indústria de importar máquinas e matérias-primas. Logo, o desenvolvimento para dentro, que praticamos até recentemente, não é mais possível: impõe-se o aumento das exportações.

Ora, basear o aumento de nossas exportações nos produtos primários é inviável por uma série de razões já amplamente discutidas (baixa elasticidade-renda da procura de produtos agrícolas, crescente concorrência entre os subdesenvolvidos, uso de substitutos artificiais pelos desenvolvidos, instabilidade de preço dos produtos primários, etc.). Logo, teremos que colocar toda a ênfase de nossos esforços na exportação de manufaturados.

Em 1966, a exportação de manufaturados no Brasil, que vinha crescendo paulatinamente, representou 5,9% das exportações totais brasileiras, contra 6,8% em 1965. Em termos

absolutos, a queda foi de 109,5 para 104,4 milhões de dólares.¹⁰² Em 1967 as exportações de manufaturados vinham reagindo bem. Podemos, todavia, considerar que os manufaturados representam 6% das exportações brasileiras. Se planejarmos um crescimento do Produto Nacional de 6% ao ano — o que seria o mínimo aceitável — as exportações terão que crescer também 6%, para que o coeficiente de importações permaneça constante. Se quiséssemos basear o aumento de nossas exportações apenas nos manufaturados, teríamos, no primeiro ano, que aumentar de 100% nossas exportações desses produtos. Nos anos seguintes, essa porcentagem ir-se-ia reduzindo para 50%, 33%, e assim por diante, até atingir o limite teórico de 6%, quando nossas exportações fossem exclusivamente de produtos manufaturados. Ora, evidentemente, crescimento tão rápido é inviável. Logo, embora concentrando nossos esforços na exportação de manufaturados, será preciso também procurar aumentar as exportações dos produtos primários. As dificuldades implícitas nessas duas tarefas são sem dúvida enormes, colocando em discussão a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Entretanto, se ambas as tarefas são essenciais, é indiscutível que o teste real da economia brasileira só ocorrerá na medida em que nos tornarmos um país predominantemente exportador de manufaturados. Eventuais condições favoráveis do mercado, extrínsecas à economia brasileira, poderão permitir um novo surto de exportação de primários. Com isso, porém, a própria estrutura da economia brasileira não estará sendo testada, já que o surto exportador não se relacionará com a mesma. O Brasil continuará um país subdesenvolvido, exportador de produtos primários, à mercê das flutuações típicas do mercado internacional desses produtos, sujeito a sofrer concorrências tanto de produtores dos mesmos produtos primários com utilização de mão-de-obra mais barata como de produtores de substitutos sintéticos nos países industrializados. O que é mais grave, porém, é que, na medida em que a produção de produtos primários não permite a introdução de técnicas de produção muito avançadas, continuaremos sem necessidade de treinar mão-de-obra especializada para essas

¹⁰² Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, fevereiro de 1967, pág. 36. Fonte: CACEX.

funções, a produtividade continuará baixa, e o subdesenvolvimento será um fenômeno permanente dentro do cenário brasileiro.

Nesses termos, o grande teste da economia brasileira só poderá ser vencido na medida em que o Brasil se tornar um participante significativo do comércio internacional de manufaturados, e como tal admitido pelos países industrializados.

Não poderemos pretender, naturalmente, competir em todos os setores industriais. Alguns setores deverão ser escolhidos pelas empresas e estimulados pelo Governo. Os critérios para escolha dos setores em que deverão ser feitos os esforços principais no sentido de estimular a exportação de manufaturados são dois: existência de matérias-primas nacionais baratas (é o caso clássico do café solúvel) e exigência de uma relação capital-trabalho reduzida. Este segundo critério é óbvio. Na medida em que contem com mão-de-obra abundante e barata, é pacífico, dentro da teoria do desenvolvimento econômico, que os países subdesenvolvidos devem concentrar seu esforço industrial nos setores trabalho-intensivo e não nos setores capital-intensivo. É claro que um sem-número de qualificações pode e deve ser feito a esta afirmação, mas tais qualificações não cabem neste momento nem modificam a idéia central que estamos afirmando.

Queremos, todavia, salientar que existem, entre as indústrias trabalho-intensivas, dois tipos de indústrias. A primeira é a indústria de tipo semi-artesanal, da qual as indústrias de vestuário, do couro, do mobiliário, seriam exemplos. Geralmente, quando se fala em indústrias trabalho-intensivas, o que se está pensando é apenas nesses tipos de indústrias caracterizadas não só por uma baixa relação capital-trabalho, mas também por um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Exportações de produtos manufaturados deste tipo certamente deverão ser realizadas. Mas ficar apenas nelas é outra forma de expressar-se o complexo de inferioridade colonial e, o que é mais grave, é outra maneira de permanecermos subdesenvolvidos, mesmo exportando manufaturados.

Existe outro tipo de indústria, também trabalho-intensiva, mas que, ao invés de possuir um baixo nível tecnológico, requer um alto desenvolvimento tecnológico. O exemplo por excelência desse tipo de indústria é o da produção de equipamentos eletrônicos ou mecânicos por encomenda. Por se

tratar de um produto por encomenda, sua produção não pode ser padronizada e, conseqüentemente, não pode ser altamente mecanizada senão automatizada. Cada produto exige um projeto especial. Apenas algumas peças podem ser padronizadas. Muitas das partes, porém, têm que ser feitas especialmente, a montagem é sempre singular. Nesses termos, a relação capital-trabalho nesse tipo de indústria tem que ser baixa. A mão-de-obra, porém, deverá ser altamente especializada. E é nesse momento que perguntam os antinacionalistas, minados pelo complexo de inferioridade colonial: mas teremos capacidade de desenvolver uma mão-de-obra especializada à altura? Estou certo que sim. É muito mais fácil e barato para os países subdesenvolvidos importar tecnologia, pagando *royalties*, contratando técnicos estrangeiros, enviando bolsistas ao exterior, do que importar equipamentos.

Nesses setores, com facilidade de matéria-prima e (ou) com uma relação capital-trabalho baixa (o que não significa um nível tecnológico baixo), deverá ser estimulada a produção para a exportação. Em qualquer hipótese, porém, mesmo que escolhamos os setores mais favoráveis para nós, a condição fundamental é a de que os custos de produção baixem, ou seja, que a produtividade aumente decisivamente, de forma a que possamos competir no comércio internacional. Inicialmente seremos, inclusive, obrigados a ter custos e preços inferiores aos dos nossos concorrentes mais ricos, como aconteceu com o Japão, porque não contaremos com a vantagem de um nome e uma tradição estabelecidos no comércio internacional.

O teste fundamental da economia brasileira, que, uma vez superado, significará que o Brasil terminou sua Revolução Industrial e alcançou o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado, é portanto o da mudança de sua pauta de exportações de forma a transformar os manufaturados no seu principal item. Isto, além de exigir, naturalmente, uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos, importará na necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e conseqüente baixa de custos. Até que ponto o Brasil terá condições de realizar este objetivo? Antes de respondermos a esta pergunta, é necessário que examinemos o que chamamos de o "círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro".

Círculo Vicioso Estrutural do Subdesenvolvimento Brasileiro

Temos agora todos os elementos básicos que, conjugados, nos permitirão descrever o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Expusemos êstes elementos no capítulo anterior, especialmente quando examinamos as causas a médio prazo da crise brasileira, e neste capítulo, quando examinamos especialmente as distorções do processo de substituição de importações. São os seguintes os elementos fundamentais dêste modelo de círculo vicioso:

- substituição de importações;
- esgotamento das oportunidades de substituição de importações;
- custos elevados;
- importação de tecnologia;
- investimentos crescentemente capital-intensivos;
- desemprego aberto;
- oferta ilimitada de trabalho;
- desemprego disfarçado;
- redução dos salários reais;
- concentração da renda;
- redução do consumo;
- redução do investimento privado;
- capacidade ociosa;
- limitação do mercado interno;
- falta de oportunidade de investimentos;
- inflação;
- capitais estrangeiros desinteressados de exportar;
- estagnação econômica;
- esterilização da poupança;
- caráter monopolístico do mercado.

Já examinamos praticamente todos êstes elementos no transcorrer dêste livro. Já estabelecemos, inclusive, relações entre êles. Não cremos, portanto, que agora seja necessário voltar a definir cada um dêles. Vamos agora, dentro dos princípios de arbitração e simplificação essenciais a qualquer modelo, tentar estabelecer as relações básicas entre êstes elementos, relações essas que irão constituir-se no círculo vicioso estrutural do desenvolvimento brasileiro.

O desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961 caracterizou-se por um processo de substituição de importações. Esse processo, embora causasse uma série de profundas distorções, possuía um dinamismo interno, que permitia o seu prosseguimento, na medida em que continuavam a existir oportunidades de novas substituições de importações.

A principal distorção causada pelo processo de substituição de importações residia na instalação de empresas produzindo a custos elevados. Isso era possível porque a proteção tarifária tornava desnecessária a adoção de critérios administrativos de eficiência. O resultado era a adoção de técnicas e equipamentos obsoletos, o uso de práticas administrativas insustentáveis, o desrespeito aos princípios das economias de dimensão, e como conseqüência de tudo isso os custos elevados, que tornavam impossível qualquer significativa participação do Brasil no comércio internacional de manufaturados. Outra conseqüência do processo de substituição de importações foi ter atraído investimentos estrangeiros para o Brasil, sob condições extremamente vantajosas, os quais não tinham o menor interesse em exportar, a não ser eventualmente, para a zona da ALALC, ficando o restante do mundo reservado a suas matrizes.

Não obstante, na medida em que o processo de desenvolvimento era realizado à base de substituição de importações, não havia, por definição, necessidade de se aumentarem as exportações, de forma que o processo de desenvolvimento continuava a ocorrer, apesar de suas distorções intrínsecas.

Paralelamente a este processo, porém, e a ele intimamente ligado, ocorria outro fenômeno, que teria conseqüências gravíssimas para o desenvolvimento brasileiro posterior. A industrialização era realizada através de importação da tecnologia estrangeira. Ainda que algumas vezes se tentasse alguma adaptação às condições brasileiras, simplesmente não se substituindo mão-de-obra por capital em alguns casos em que era evidente o caráter antieconômico da compra de uma determinada máquina, de um modo geral se pode afirmar que a importação da tecnologia estrangeira era indiscriminada. E, na verdade, pode-se afirmar que não havia alternativa para a industrialização nacional. Não tínhamos capacidade técnica para desenvolver ou mesmo adaptar às nossas condições a

tecnologia estrangeira. Em muitos casos, inclusive, tal adaptação era praticamente impossível. A tecnologia poupadora de mão-de-obra, a tecnologia capital-intensiva, apropriada para os países desenvolvidos, revela-se também ser a única viável para o Brasil. Agravava a situação o fato de que a política do Governo federal tendia sempre e sistematicamente a subsidiar a importação ou a compra internamente de bens de capital, enquanto onerava de modo crescente a mão-de-obra.

Resultou daí que os investimentos industriais no Brasil caracterizaram-se por copiar a tecnologia estrangeira e, portanto, por serem capital-intensivos, apresentando, portanto, uma baixa capacidade de absorção da mão-de-obra nacional.

Este fato agravou-se grandemente quando, a partir especialmente de meados dos anos cinqüenta, iniciou-se a fase de substituição de importações de bens de consumo durável, bens de capital e de produtos químicos. Ora, êsses produtos caracterizam-se por serem altamente capital-intensivos, de forma que, a partir dêsse momento, os investimentos passaram a ser cada vez mais capital-intensivos.

Estavam assim estabelecidas as bases para o início da Crise Brasileira. Quando, no início dos anos sessenta, verificou-se o esgotamento das oportunidades de substituição de importações, êste fato nôvo e o caráter crescentemente capital-intensivo dos investimentos industriais que vinham sendo realizados tiveram o condão de desencadear a crise.

Ao desemprego disfarçado que sempre existira, proveniente de uma oferta ilimitada de trabalho a partir do setor rural, somou-se o desemprego tecnológico aberto, causado pela baixa relação trabalho-capital dos novos investimentos, que ainda estavam sendo realizados, e pela redução dos investimentos motivada pelo esgotamento das oportunidades de substituição de importações.

O desemprego aberto, que era fenômeno praticamente desconhecido no Brasil, tornou-se, a partir dos anos sessenta, um fenômeno característico da economia brasileira. O poder de barganha da classe operária, que sempre fôra pequeno, devido à existência de um imenso reservatório de pessoas subempregadas no setor rural e também no setor urbano, reduziu-se ainda mais com o surgimento do desemprego aberto. A paulatina mas inexorável redução dos salários reais, e a

conseqüente concentração da renda, que, aliás, já era também decorrência da ênfase em investimentos cada vez mais capital-intensivos, foram os resultados naturais do processo.

Esta redução dos salários reais e a concentração da renda, por sua vez, implicaram uma diminuição da capacidade de consumo da classe assalariada. Na medida em que a maior parte do consumo é determinada pelos assalariados, este tendeu naturalmente a reduzir-se relativamente.

Por outro lado, a concentração da renda deveria importar em um aumento da capacidade de poupança e investimento da classe empresarial. As empresas, porém, no momento em que, para o seu setor, viam esgotadas suas possibilidades de continuar substituindo importações, encontraram-se, imediatamente, em situação de capacidade ociosa, já que os investimentos realizados pelas diversas empresas do setor haviam sido, via de regra, superdimensionados. Somava-se a isso a redução do consumo final possibilitado pela própria concentração de renda. Nesses termos, não havia oportunidade de investimentos para a substituição de importações nem tampouco para o aumento da capacidade de produção dos bens cujo processo de substituição de importações já terminara e para o qual, agora, as únicas alternativas eram o crescimento interno (impossível face à redução dos salários reais e ao desemprego) ou as exportações (impossíveis face aos custos elevados).

As poupanças potenciais proporcionadas pela redução do consumo eram assim esterilizadas, face à redução dos investimentos. Os capitais nacionais eram desviados para o exterior, entesourados ou aplicados em um mercado de capitais extremamente imperfeito, que não permitia o perfeito fluxo das poupanças das mãos dos poupadores para os investidores.

Além disso, é preciso salientar que o processo de concentração de renda nas mãos da classe capitalista era menos acentuado do que a redução do poder aquisitivo dos assalariados. Isso porque, face à crescente capacidade ociosa, as empresas não conseguiam obter lucros compensadores, apesar da redução dos salários reais.

Estávamos neste momento em plena crise econômica: consumo em recesso e investimentos privados em recesso. Para minorar o problema surgido, então o Governo, pressionado

pelas empresas em regime de capacidade ociosa, passava a investir e consumir mais, e, assim, a aumentar sua participação na renda e seu *deficit* de caixa. Por outro lado, as empresas, apoiadas no caráter monopolístico do mercado, aumentavam seus preços, em um momento em que a procura agregada de consumo e de investimentos (exceto, sem dúvida, os governamentais) caía. Viamo-nos, assim, diante de uma típica inflação de custos, que funcionava efetivamente como um mecanismo de defesa da economia contra a ameaça de crise total,

Realmente, a inflação causada pelos aumentos autônomos de preços de setores monopolistas, e pelo *deficit* do Governo federal, lastreado por emissões, tinha o efeito de defender provisoriamente a economia contra uma crise mais grave. De um lado, as compras governamentais tinham o resultado de aumentar diretamente a procura agregada. Por outro, a inflação decorrente estimulava artificialmente a procura. Provocava, por exemplo, uma euforia por parte do consumidor, que o levava a comprar mais, a fim de não conservar consigo ativos líquidos. Da parte das empresas, permitia a tomada de capital das instituições financeiras a taxas negativas de juro, as quais, naturalmente, eram imediatamente investidas, agravando assim a capacidade ociosa existente.

É evidente, portanto, que este mecanismo de defesa a curto prazo constituído pela inflação, além de provocar êle próprio distorções profundas na economia, tinha como resultado, a médio prazo, o aumento da capacidade ociosa, e, o que é mais grave, da concentração da renda em favor da classe capitalista, além do desvio da renda (estamos falando aqui em termos de produto nacional a preços de mercado) do setor público para o setor privado.

Dessa forma, uma das causas da crise, que é a concentração da renda, tornava-se conseqüência do mecanismo de defesa que é a inflação, a qual se agravava exatamente para fazer face à crise. Fecha-se, assim um dos aspectos do círculo vicioso estrutural do desenvolvimento brasileiro.

Os outros sistemas de fechamento do círculo vicioso já foram sugeridos anteriormente. Uma das causas dos altos custos das empresas é sua dimensão inadequada. A retração da procura e portanto dos investimentos torna problemática

a realização de investimentos que viessem proporcionar economias de dimensão à empresa e portanto reduzir seus custos, os quais, aliás, já foram aumentados a partir do momento em que a capacidade ociosa emergente implicou uma divisão de custos fixos por uma produção relativamente menor.

Da mesma forma, o círculo vicioso se faz presente na medida em que é essencial que haja poupanças para que os investimentos se realizem. A decisão de investir, porém, é mais importante do que a de poupar, porque, a médio prazo, a igualdade investimento-poupança vai ser causada pelo que os empresários decidiram investir e não pelo que a comunidade poupou. Ora, nesses termos, no Brasil, de um lado reduziu-se o consumo, o que implicaria um aumento da poupança, mas, de outro lado, as oportunidades de investimento reduziram-se decisivamente, em grande parte devido à diminuição relativa do consumo, de forma que as poupanças acabaram esterilizando-se.

Finalmente, a importação de tecnologia estrangeira altamente capital-intensiva, que está na base do desemprego, da redução dos salários reais e da concentração de renda, só tende a aumentar, à medida que se realizem investimentos. Estes, portanto, que são essenciais para o desenvolvimento econômico, trazem em seu bôjo o germe da crise — ou seja, o desemprego — na medida em que são realizados usando-se uma tecnologia importada que é a única existente, mas que não se adapta às necessidades dos países subdesenvolvidos.

Três Ideologias Capitalistas Possíveis

A economia brasileira, portanto, tem ainda que enfrentar um grande teste — o de se transformar em uma economia exportadora de manufaturados — e encontra-se no momento sem condições de superar com êxito êsse teste, na medida em que se verifica aqui êste círculo vicioso estrutural, que tende a manter o Brasil estagnado economicamente.

Qual a possibilidade de o Brasil vencer êste círculo vicioso dentro dos quadros do sistema capitalista vigente?

Para tentarmos responder a esta pergunta devemos examinar dois aspectos do problema: de um lado, a solução teó-

rica do círculo vicioso, e, de outro, as lideranças disponíveis para adotar essa solução.

A solução teórica do círculo vicioso não se pode limitar ao campo econômico. Na verdade, vimos no capítulo anterior que a Crise Brasileira é a um tempo econômica e política. A solução, portanto, terá que abranger globalmente a sociedade brasileira.

É por isso, inclusive, que nos parece inútil enumerar aqui uma série de medidas econômicas específicas que pudessem vir a encaminhar a solução do problema. Estas soluções, em suas linhas gerais, estão mais ou menos implícitas na análise do círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, que acabamos de realizar. Além disso, ficarmos aqui seria um exercício inútil, na medida em que esta ou aquela medida de política econômica, que hoje pode ser aconselhável, amanhã pode ser inteiramente contraproducente. É por isso que não tinha nenhum sentido a resposta sistemática que os assessores econômicos do Governo Castelo Branco davam às críticas que lhes eram feitas. Diziam eles que críticas eram apresentadas, mas que uma alternativa não era proposta. Ora, é claro que não teria sentido apresentar uma alternativa em termos pormenorizados. O que se pode e se deve fazer é apresentar diretrizes alternativas, e não soluções específicas alternativas.

Mesmo estas diretrizes, porém, deverão ser apresentadas dentro de um quadro de referência maior — dentro do quadro global de uma ideologia de desenvolvimento do Brasil. Que ideologia poderá ser esta? Estamos estudando neste capítulo o problema da viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil. Logo deveremos examinar apenas ideologias de caráter capitalista, ou seja, que mantenham o princípio da propriedade privada dos bens de produção.

Vemos hoje apenas três ideologias capitalistas possíveis para o Brasil. Por "possíveis" queremos significar que são ideologias que podem ter vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de Governo, na medida em que se tornem politicamente vitoriosas. Apenas uma, porém, tem condições, ainda que eventualmente, de levar o Brasil novamente ao desenvolvimento econômico.

São as seguintes as três ideologias possíveis: o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista. Estas três ideologias poderiam ser subdivididas em uma corrente nacionalista e uma corrente colonialista. Na verdade, porém, apenas em relação à segunda, a do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar, é que se pode pensar em uma alternativa nacionalista ou colonialista. A ideologia neoliberal, dentro do quadro que estamos examinando, é intrinsecamente colonialista, enquanto o nacionalismo desenvolvimentista é por definição nacionalista.

O neoliberalismo clássico é a ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do *laissez faire*, mas não pode ser com ele identificado em vista do simples fato de que o liberalismo puro está hoje morto, sepultado. É a ideologia que prega a menor intervenção possível do Estado na economia, que pretende deixar a responsabilidade, e também os principais frutos do desenvolvimento, fundamentalmente nas mãos da classe capitalista. É uma ideologia sistematicamente colonialista, nos países subdesenvolvidos, na medida em que não crê na capacidade da classe capitalista nacional para a realização do desenvolvimento e então apela para a eventual e discutível ajuda estrangeira. É uma ideologia que defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas idéias quando vêem que o próprio sistema está em jôgo, como aconteceu em 1964. Esta ideologia pressupõe o controle do país fundamentalmente por dois grupos: a própria classe capitalista, que detém o poder econômico, e irá ocupar no Governo os cargos-chaves definidores da política econômica, e os políticos profissionais, que funcionam não como meros representantes da classe capitalista, como querem alguns críticos apressados, mas como participantes de um estamento social, relativamente autônomo, que defendendo seus interesses particulares têm como papel o de servir de intermediários entre o Estado, a classe capitalista, a classe média, e o povo em geral, nessa ordem de prioridade.

Não vemos para esta ideologia, que é provavelmente ainda esposada pela grande maioria da classe empresarial brasileira, e por boa parte da classe média, qualquer operaciona-

lidade no sentido de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Três motivos para isso: é colonialista, e a nosso ver o desenvolvimento do Brasil só será possível desde que haja um projeto nacional bem definido; é liberal, minimizando a função do Estado, e sabemos hoje que o desenvolvimento econômico sem intervenção do Estado é obra do mero acaso, que os problemas hoje enfrentados pelos países subdesenvolvidos são tão grandes que só um planejamento e uma intervenção deliberada e inteligente do Estado na economia poderão levar ao desenvolvimento; e, finalmente, é estritamente capitalista, é a ideologia de apenas um pequeno grupo, que procurava trazer para êle as maiores vantagens do desenvolvimento; ora, isto podia ser aceitável politicamente no século XIX, mas no século XX, e particularmente no Brasil, não o é, além do fato de que, economicamente, os efeitos da concentração da renda decorrentes desta ideologia são funestos.

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil a partir de 1964. Examinamo-la com certo cuidado no capítulo anterior, quando estudamos o enquadramento sócio-econômico dos militares e tecnocratas que assumiram o poder a partir da Revolução de 1964. Esta ideologia, como o próprio nome que lhe demos está a indicar, baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal. Na verdade, é toda um emaranhado de contradições, na medida em que é dominada por tecnocratas e militares. Estes, como membros da classe média tradicional, desligados portanto do processo produtivo, não-beneficiados pelo desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961, caracterizam sua atuação política pelo idealismo, no sentido de alienação da realidade, e de pretenderem mudar o mundo através de leis e decretos; pelo moralismo, no sentido de personalizar os problemas, atribuí-los a responsabilidades individuais ou mesmo coletivas, mas sempre de caráter moral, e não às estruturas vigentes; e pelo conservadorismo, definido por uma política aparentemente reformista, mas cujas reformas são sempre epidêmicas.

A estas três características do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar junta-se a de ser uma ideologia capitalista. Trata-se, porém, de uma ideologia capitalista que não tem como autores e principais defensores os próprios empre-

sários capitalistas, que foram excluídos do poder pela Revolução de 1964, e sim os militares e tecnocratas. Ora, para estes o capitalismo não é algo de intrínseco, de vivencial. O capitalismo é um rótulo para opor ao comunismo, que os apavora, na medida em que são conservadores. Nesses termos, seu capitalismo é muito pouco autêntico e cheio de contradições. Dizem-se capitalistas, mas têm horror ao lucro privado, do qual não participam. Defendem o liberalismo, mas estabelecem um sistema rígido de controle das empresas, com características inclusive policiais, como jamais se viu no Brasil. Afirmam em todos os documentos que pretendem fortalecer o setor privado em detrimento do público, mas nacionalizam empresas hidrelétricas estrangeiras, não vendem a FNM, e aumentam de maneira progressiva a participação do Estado na economia.

Estas últimas contradições podem ser inclusive simpáticas, porque as soluções finalmente adotadas são melhores do que a ideologia publicamente declarada. Todas essas contradições, porém, revelam que uma ideologia nesses termos é excessivamente indefinida para se transformar em ideologia do desenvolvimento nacional. Além disso, o fato de pretender ser uma ideologia capitalista e ao mesmo tempo ter ódio ao lucro privado, do qual seus autores, os militares e tecnocratas, não participam, e submeter as empresas capitalistas a um controle rígido, quando se sabe que o capitalismo só se desenvolve quando as oportunidades de lucro são grandes e o clima moral que possibilita a obtenção desses grandes lucros é relativamente permissivo, este fato condena qualquer possibilidade de o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar vir a promover o desenvolvimento econômico brasileiro.

Isso será verdade mesmo que ele venha a adotar uma feição nacionalista. Se tal vier a acontecer — e não é impossível, porque o Exército não é necessariamente antinacionalista, muito pelo contrário, foi por muitos anos um dos esteios do nacionalismo no Brasil até que a ideologia alienada da Escola Superior de Guerra passasse a dominá-lo, — este será sem dúvida um fato promissor, mas as contradições anteriormente analisadas continuarão presentes.

Nacionalismo Desenvolvimentista

Resta-nos agora a terceira ideologia "possível" para o Brasil em termos capitalistas. É o que chamamos de nacionalismo desenvolvimentista, e que tem como características fundamentais o fato de ser nacionalista e colocar o desenvolvimento nacional como seu objetivo fundamental.

O nacionalismo se opõe ao colonialismo. Define-se pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorrerá na medida em que a própria nação o colocar como projeto, definir os sacrifícios que são necessários para atingi-los, e cientificar-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço. Além disso, conforme observa muito bem Barbosa Lima Sobrinho, "a substância do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de idéias".¹⁰³ A idéia do conflito, do antagonismo, não é essencial ao patriotismo, mas não se pode falar de nacionalismo sem que esteja implícito ou explícito um conflito de interesses.

Antagonismo e crença nas potencialidades do Brasil, nos valores da Nação brasileira em formação, são portanto as características essenciais do nacionalismo.

O antagonismo pode tomar muitas formas e objetos, dependendo da época e da situação em que um investimento ou uma ideologia nacionalista despontam. No Brasil, hoje, êsse antagonismo deve partir da constatação de que os interesses nacionais do Brasil, país subdesenvolvido, não estão em acôrdo com os dos países industrializados, que os interesses dos grupos capitalistas nos países desenvolvidos geralmente (faremos, em seguida, algumas qualificações) não são os mesmos do povo brasileiro; muito pelo contrário, os interesses dos países desenvolvidos e de suas emprêsas estão, freqüentemente, em claro conflito com os interesses do Brasil. E esta afirmação será especialmente verdade em relação aos Estados Unidos, que, na qualidade de superpotência imperialista, diretamente dominadora dos países latino-americanos, é a fonte dos maiores conflitos de interesse.

¹⁰³ Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Desde Quando Somos Nacionalistas?*, Civilização Brasileira, 1963, Rio de Janeiro, pág. 11.

Esta constatação de falta de identidade de interesses e portanto dêsse conflito é essencial para que alguém seja hoje definido como nacionalista no Brasil. É claro, porém que não é necessário ver conflito em tudo, apontar contradições em todos os setores.

Aliás, foi uma atitude desta natureza que levou o nacionalismo a uma fase de declínio como ideologia no Brasil. Examinamos no capítulo IV os motivos pelos quais, em fins dos anos cinqüenta e início dos anos sessenta, o nacionalismo deixou de ser uma ideologia atrativa para a classe capitalista brasileira, e, conseqüentemente, como deixou de ser o frágil, mas de qualquer forma essencial, ponto de união ideológica entre as esquerdas e os empresários, que nos anos cinqüenta tentaram formar uma frente única, exatamente em torno do nacionalismo.

Quando esta frente única se tornou inviável, conforme ficou claro no capítulo IV, o nacionalismo passou a ser monopolizado pelas esquerdas. Ora, as esquerdas, muito compreensivelmente, radicalizaram o nacionalismo, confundindo, inclusive, argumentos de ordem econômica com argumentos de ordem política. A argumentação econômica em favor do nacionalismo foi-se tornando, nesses termos, muito fraca e imprecisa. E o nacionalismo, como ideologia, entrou em fase de plena decadência, na medida em que os grupos da classe trabalhadora, da classe média e naturalmente da classe capitalista não eram predominantemente de esquerda.

A discussão travou-se especialmente na área dos capitais estrangeiros. A posição nacionalista foi, em geral, radicalmente contrária a eles. Sua argumentação teórica, porém, em termos de análise econômica, era muito deficiente. Possuíam, sem dúvida, uma série enorme de casos isolados, de empresas estrangeiras no Brasil, especialmente empresas de serviços públicos, que agiam e agem em termos altamente antinacionais. O trabalho do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, sobre a ação das empresas elétricas, é um clássico na matéria.¹⁰⁴ Mas quando se tratava de provar teoricamente que os investimentos estrangeiros, ou pelo menos uma grande parte dêles, eram prejudiciais ao Brasil, a teoria econômica nacionalista de esquerda revelava suas limitações de forma

¹⁰⁴ Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares*, Fulgor, 1963, São Paulo.

gritante, e o nacionalismo entrava em processo de desmoralização.

Na verdade, a posição contrária a todo e qualquer investimento estrangeiro no Brasil é insustentável economicamente. Poderemos, sem dúvida, apresentar motivos de ordem política. Se quisermos instalar o socialismo a curto prazo no Brasil, não tem sentido permitirmos a entrada de capitais estrangeiros no país. Mas, se isolarmos os motivos políticos, não é possível sustentar em termos de análise econômica a tese da negação de todo e qualquer capital estrangeiro. Se nos países subdesenvolvidos se aceita que o grande problema é a falta de capital para investir, se se admite que o investimento, especialmente o de caráter industrial, tem efeitos multiplicadores, produzindo renda não só e diretamente para os proprietários estrangeiros de capital, mas também para os assalariados, o Governo e para outras empresas, se estamos de acordo na grande importância do *know-how* para o desenvolvimento industrial, então será difícil apresentar motivos de ordem econômica contra o capital estrangeiro.

Eles existem, todavia, e sugerem uma política nacionalista de seletividade rigorosa de investimentos e de controle das atividades da empresa estrangeira (remessa de lucros, processo obrigatório de nacionalização paulatina, etc.) Pretendemos que esta posição, efetivamente, tenha uma base teórica sólida. A explanação dessa base teórica para a seleção dos capitais estrangeiros mereceria um capítulo à parte. Em termos muito resumidos, porém, o argumento é o seguinte. Na verdade, a afirmação de que o grande problema dos países subdesenvolvidos é a falta de capital é uma meia verdade. Há, de fato, falta em alguns setores, onde a tecnologia é desconhecida, os investimentos necessários são muito elevados, o campo é virgem. Mas, em um grande número de setores, não há falta de capital. Pelo contrário, há sobra. As empresas trabalham em regime de capacidade ociosa, os empresários e capitalistas isolados não sabem o que fazer de seus lucros, juros e aluguéis; acabam consumindo-os, remetendo-os para o exterior ou investindo-os improdutivamente no aumento de capacidade ociosa.

Mas isso é um contra-senso em termos de análise econômica, dirá alguém. E, de fato, se admitirmos a existência de um mercado integrado, de um mercado de capitais altamente

desenvolvido, capaz de canalizar a poupança das mãos dos poupadores para as dos investidores, de uma perfeita mobilidade dos fatores de produção e particularmente de capital, e a existência de um comportamento essencialmente racional, próprio do *homo economicus*, então, de fato, não poderemos imaginar a possibilidade de, dentro de uma mesma economia, haver áreas estanques, haver setores com abundância e setores com falta de capital.

Como, porém, no caso brasileiro, não podemos admitir nenhuma daquelas premissas, somos obrigados a concluir que em determinados setores da economia brasileira há, efetivamente, sobra de capital. Não há sentido, portanto, em se admitir o capital estrangeiro nestes setores. E o que já foi admitido deve ser cuidadosamente controlado.

Este assunto é sem dúvida fascinante e mereceria um grande número de considerações. Neste contexto, porém, não nos cabe estendermos sobre o assunto. O que precisa ficar claro é que esta terceira ideologia possível para o Brasil, a do nacionalismo desenvolvimentista, deverá pautar seu nacionalismo nesses termos. Sendo uma ideologia capitalista, não precisará adotar uma atitude radical. Mas mesmo sem ser radical, terá que ser eminentemente nacionalista, na medida em que reconhece um amplo campo de conflito de interesses entre os países desenvolvidos, aos quais as atitudes imperialistas são inerentes, e o Brasil, e afirma a capacidade do país de desenvolver-se em termos independentes.

Além de nacionalista, esta ideologia será desenvolvimentista. Por desenvolvimentismo entendemos uma ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico. Outras ideologias têm também o desenvolvimento como objetivo, mas trata-se de um objetivo subordinado. No momento em que o objetivo principal entra em conflito com o objetivo desenvolvimento, este é pôsto de lado. Para o liberalismo, por exemplo, o objetivo estabilidade é muito mais importante do que o objetivo desenvolvimento. Para o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar, além da estabilidade, há outro objetivo que domina todos os demais: a chamada "segurança nacional", que acaba não passando de um sistema de manutenção no poder do grupo tecnocrático-militar dominante.

Em contraposição, o nacionalismo desenvolvimentista coloca o desenvolvimento econômico em primeiro lugar. O combate à inflação, por exemplo, está subordinado ao desenvolvimento, e não o contrário, como aconteceu a partir de 1964 no Brasil.

Para atingir o objetivo desenvolvimento uma série de objetivos intermediários deverão ser buscados. Estes objetivos já foram sugeridos em toda a análise anterior que fizemos da economia e da sociedade brasileira.

No campo econômico, a ênfase deverá ser colocada no aumento da procura interna, através do aumento dos salários; na eliminação de distorções de custos do capital e da mão-de-obra, no planejamento de estímulos adequados, e no desenvolvimento de uma tecnologia especial, de forma que os investimentos sejam menos poupadores de mão-de-obra, e nesses termos se possa encaminhar a solução do problema do desemprego; no aumento da produtividade das empresas, e conseqüente baixa de seus custos; na integração de um número crescente de brasileiros no mercado, através de medidas como a reforma agrária, da extensão efetiva da legislação trabalhista ao campo, e do desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes, comunicações e financiamento que permitam ao pequeno produtor participar do mercado sem ser espoliado por intermediários monopolistas; na intervenção crescente do Estado na economia, não como mero cabide de empregos, mas como planejador do desenvolvimento econômico e seu principal executor, através de investimentos diretos nos setores básicos, que motivos de ordem econômica e política aconselham que fiquem nas mãos do Estado.

Finalmente, o nacionalismo desenvolvimentista deverá ser uma ideologia democrática e social. Social porque, embora capitalista, e querendo manter a estrutura e os privilégios próprios do sistema, parte do pressuposto que isso só será possível na medida em que houver, concomitantemente, um aumento real no padrão de vida da classe trabalhadora e em suas oportunidades individuais de ascensão social e realização pessoal.

Democrática apenas no sentido em que se baseará em um sistema de Governo representativo clássico, em que as liberdades individuais são respeitadas. Não se trata, portan-

to, de democracia no sentido integral do termo, implicando, pelo menos, um movimento claro no sentido da igualdade de oportunidade. Tal tipo de democracia é incompatível com o sistema capitalista. Trata-se apenas da democracia liberal, a qual, na verdade, é inerente aos sistemas capitalistas de sociedades plurais, industrialmente desenvolvidas. Em sociedades desse tipo, a classe média superior, que faz parte do grupo dominante, é um amplo estrato social. Nesses termos, a democracia representativa, com o sistema de eleições, é a única forma aceitável pelos diversos grupos de interesse que constituem o amplo estrato dominante da sociedade, para se definir a quem caberá o poder político.

Um Governo com uma ideologia nesses termos, nacionalista, desenvolvimentista, social e democrática, eventualmente, poderá romper o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, embora não haja nenhuma garantia de que isso venha a ocorrer.

Uma Avaliação das Lideranças

É preciso, porém, deixar bem claro um ponto. Se os obstáculos de natureza econômica ao desenvolvimento brasileiro são imensos, mais graves são os obstáculos de natureza política.

Acabamos de descrever três ideologias capitalistas. Dissemos que as três eram teoricamente "possíveis", mas que apenas uma, o nacionalismo desenvolvimentista, poderia levar o Brasil novamente e a longo prazo para o caminho do desenvolvimento. Ora, na verdade, aquelas três ideologias não são igualmente possíveis. A probabilidade de vigência das três é diferente. E, entre as três, a menos "possível" de todas é exatamente o nacionalismo desenvolvimentista.

É fácil compreender por quê. Basta que façamos uma análise das lideranças sócio-econômicas hoje existentes no Brasil. Existem, internamente, quatro tipos de liderança dentro da área capitalista: duas que chamamos de tradicionais, por serem típicas dos países capitalistas em geral, e por já haverem possuído o poder no Brasil — são os capitalistas e os políticos profissionais; e duas lideranças novas — os tecno-

cratas e os militares. Externamente, há uma liderança, a dos Estados Unidos.

Já vimos neste capítulo e no anterior as limitações dessas lideranças. Os militares e os tecnocratas assumiram o poder em 1964, adotaram uma ideologia contraditória e antidesenvolvimentista, que denominamos de liberalismo intervencionista tecnocrático-militar. Dentro de um esquema capitalista, concluímos, face ao idealismo (alienação da realidade, moralismo-conservadorismo) dessa liderança, constituída da classe média tradicional, que a mesma não apresentava nenhuma perspectiva para o desenvolvimento brasileiro. E é claro que é muito difícil pensar que êsse grupo, com essas características, venha a adotar uma ideologia como o nacionalismo desenvolvimentista.

Em primeiro lugar, porque no nacionalismo desenvolvimentista os quatro grupos que rotulamos de lideranças deveriam participar do poder. Ora, isso implicaria a perda de poder para os tecnocratas e militares, que teriam que dividi-lo com outros dois grupos — os políticos e os empresários. Além disso, o idealismo e o autoritarismo dos militares dificilmente se coadunariam com o sistema de compromissos inerente à ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. Finalmente, os militares e tecnocratas, que estão hoje no poder, têm-se revelado, fundamentalmente, colonialistas. No Governo Costa e Silva houve uma certa reação contra o excessivo colonialismo do Governo Castelo Branco, mas não se pode falar em nacionalismo.

Portanto, entre os tecnocratas e os militares dificilmente o nacionalismo desenvolvimentista obteria apoio. Antes que a influência da Escola Superior de Guerra se tornasse dominante, ainda se podia esperar uma atitude nacionalista por parte do Exército, e é isto o que nos faz pensar que, dentre as quatro lideranças, aquela que seria mais sensível às teses nacionalistas seria a dos militares. Mas pouco se pode esperar a respeito.

Em relação aos políticos e aos empresários, se se vissem novamente no poder, provavelmente adotariam como ideologia o liberalismo. Nem o nacionalismo nem o desenvolvimentismo tem atraído os empresários brasileiros. A falta de visão política dos empresários industriais nacionais, seu conserva-

dorismo, sua falta de efetiva liderança em qualquer momento da vida nacional, sua subserviência aos valores e normas de comportamento da aristocracia agrário-comercial decadente, sua incapacidade de dialogar e realizar compromissos com os operários e com os grupos de esquerda, tornam os empresários industriais um grupo sem possibilidade de vir dar apoio ao nacionalismo desenvolvimentista.

Os políticos, por sua vez, têm revelado no Brasil uma impermeabilidade às definições ideológicas insuperável. Salvo um pequeno grupo de elite, que se define ideologicamente, o restante é constituído do que os jornalistas chamavam, durante uma certa época, de "fisiológicos". Exercem a atividade política apenas em função de seus interesses e dos interesses dos grupos restritos que os apóiam. É difícil, portanto, imaginar os políticos profissionais dando apoio significativo ao nacionalismo desenvolvimentista.

Que sobra então? Os estudantes, os intelectuais, que ainda não são tecnocratas porque não estão no poder, os políticos de esquerda, a pequena elite de empresários nacionalistas? Sem dúvida, resta tudo isso, mas esse "tudo isso" é extremamente pouco, especialmente porque a maioria dos grupos que acabamos de mencionar estão marginalizados do processo político e, se fôssem reintegrados, dificilmente aceitariam liderar uma ideologia capitalista. Estudantes, operários, intelectuais de esquerda poderiam, eventualmente, dar apoio a uma ideologia progressista de caráter capitalista como o nacionalismo desenvolvimentista, na medida em que houvesse outros grupos, mais especificamente capitalistas, para liderar o processo. Mas, se a eles couber a liderança, parece claro que não adotarão uma ideologia capitalista, e que um tipo qualquer de socialismo seria preferido.

Internamente, portanto, o nacionalismo desenvolvimentista encontra muito pouco suporte. As lideranças capitalistas tradicionais, ou seja, os empresários e os políticos profissionais, e as novas lideranças, a saber, os militares e os tecnocratas, dificilmente adotarão o nacionalismo desenvolvimentista como ideologia. Os grupos marginalizados, por sua vez, como os estudantes, os operários, os intelectuais de esquerda, também não adotarão tal ideologia. Poderão no máximo apoiá-la, na falta de alternativa melhor. Falta mencionar, naturalmente, a liderança externa, os Estados Unidos. Mas é

claro que aqui a resposta é óbvia. Nem o Governo americano nem as empresas estarão dispostos a apoiar um Governo que adote uma ideologia autenticamente nacionalista. Não importa que esse nacionalismo seja moderado, racional, fundamentado. Terá sempre um espírito de conflito, contrariará sempre certos (não todos) interesses norte-americanos. E é claro que nesse momento será impossível compreensão, quanto mais apoio a um Governo com semelhante ideologia.

Conclusão

O nacionalismo desenvolvimentista é portanto a menos provável das ideologias capitalistas possíveis. Na verdade, é muito pouco provável que seus eventuais apoiadores venham um dia a assumir o poder no Brasil. E, no entanto, deixamos claro que esta é a única ideologia capitalista que terá alguma possibilidade de superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento brasileiro, e efetivamente levar o país à retomada do desenvolvimento. A conclusão inevitável a que temos que chegar portanto — e que vem responder à pergunta básica deste último capítulo — é a de que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje muito pequena. Não possuímos uma bola de cristal, mas toda esta análise nos leva, necessariamente, a concluir que as perspectivas a médio e longo prazo do desenvolvimento capitalista no Brasil são sombrias.

Cabe, pois, uma pergunta: então só um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente estou convencido de que um sistema basicamente socialista, em que fôssem reservados, porém, alguns setores, de difícil planejamento e execução, para a iniciativa privada (a pequena indústria, o pequeno comércio, a agricultura em geral, e boa parte do comércio e da indústria que exige uma constante adaptação ao mercado), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, os serviços públicos — um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fossem elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planeja-

mento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes.

O objetivo dêste livro, porém, não foi fazer teoria econômica e política e muito menos entrar pelo caminho do dever ser e de discutir qual seria, na opinião do autor, o sistema econômico e político ideal para o Brasil. Ao invés, pretendemos com êste livro apresentar uma análise global da sociedade brasileira, nesse período inicial de sua história, que teve início em 1930 e chega até o presente. Ao concluirmos esta análise, a evidência dos fatos nos levou a diagnosticar uma crise, e, mais do que isto, um círculo vicioso estrutural em que está inserido o subdesenvolvimento brasileiro. Nesses termos, fomos obrigados a concluir que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje extremamente pequena. Nem a estrutura econômica vigente nem as lideranças atuais nos deixam antever, a não ser que surjam fatos novos decisivos, perspectivas para a continuação a longo prazo do desenvolvimento brasileiro em termos capitalistas.

Vimos, todavia, que por uma série de razões, que vão desde o poder econômico e numérico da classe empresarial e da classe média no Brasil até à situação de subordinação em que nos encontramos, face ao imperialismo americano a nos vigiar, que qualquer solução socialista apresenta também um grau de viabilidade diminuto.

O Brasil encontra-se, portanto, diante de um impasse. Desenvolvimento nos primeiros trinta anos e crise em seguida caracterizaram êste período da história brasileira que analisamos neste livro. A crise, porém, que inicialmente parecia passageira, revelou-se persistente, calcada profundamente na estrutura econômica, social e política do Brasil. As soluções alternativas foram pouco a pouco tornando-se cada vez menos satisfatórias. Depois da tragédia nacional que representou para o Brasil a Revolução de 1964, a crise agravou-se, e hoje o Brasil é um país dividido e sem horizontes. Gostaríamos, apesar disso, de afirmar que temos certeza de que, de uma forma ou de outra, esta crise será superada. A afirmação é extremamente vaga, sua fundamentação é mais afetiva do que racional, mas de qualquer forma a deixamos aqui registrada.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA
ZAHAR EDITORES



A cultura a serviço do progresso social

Distribuidores exclusivos:
LIVRARIAS EDITÔRAS REUNIDAS

L I V R A R I A L E R

Rio de Janeiro: Rua México, 31-A
São Paulo: Praça da República, 71